

Florinda Veiga

De: Miguel Sá <miguel.sa@cm-vagos.pt>
Enviado: terça-feira, 13 de Setembro de 2016 15:42
Para: Perguntas / Requerimentos
Assunto: resposta requerimento 3292
Anexos: respostanº3292_deputado.pdf

Boa tarde,

Junto encaminho resposta solicitada ao requerimento nº3292/XIII (1ª) – AL de 22 de agosto de 2016.

Com os melhores cumprimentos,
Miguel Sá

GPC – Gabinete de Proteção Civil
e-mail: miguel.sa@cm-vagos.pt
e-mail: protecao.civil@cm-vagos.pt
ext: 436 | tlm: +351 927 529 444

Município de Vagos

Morada: Rua da Saudade | 3840 - 420 Vagos | Portugal
telf. +351 234 799 600 | fax. +351 234 799 610
url: www.cm-vagos.pt | e-mail: geral@cm-vagos.pt
facebook: www.facebook.com/cmvgagos

A informação contida neste e-mail pode ser privilegiada e confidencial e destina-se apenas para a utilização da pessoa ou entidade mencionada acima.
The information contained in this e-mail may be privileged and confidential and is intended only for the use of the individual or entity named above.



ASSUNTO: Resposta ao requerimento nº3292/XIII

Ex mo. Sr. Deputado,

Em resposta à sua solicitação em requerimento nº 3292/XIII (1ª) - AL de 22 de Agosto de 2016, vem este município tecer as seguintes considerações:

Desde já dizer que, melhor que contar com comissões de “peritos” nesta matéria, é contar com quem no terreno, todos os dias, lida com os problemas. Assim dar os parabéns pela iniciativa e que esta possa ter reflexos visíveis.

Portugal é um país mediterrânico em que, a ocorrência do fogo, que ganha dimensão e se transforma em incêndio, reza a história que sempre ocorreu e ocorrerá. A mão humana está associada em grande percentagem na existência destas ignições, quer seja por negligência, quer seja intencional, com vista a provocar dolo, sendo ambas consideradas crime.

Portugal já teve uma DGF (Direção Geral das Florestas), IF (Instituto Florestal), DGRF (Direção Geral de Recursos Florestais), AFN (Autoridade Florestal Nacional) e por fim o ICNF (Instituto de Conservação da Natureza e Florestas), forte e com as competências todas que achamos que devem estar adstritas a este setor.

A prevenção dos incêndios florestais tem que, obrigatoriamente ocupar a grande fatia do investimento e o combate uma fatia menor. Quanto isto acontecer concluímos facilmente que conseguimos ter um modelo funcional e equilibrado económica e operacionalmente.

A existência de Guardas de Florestais no terreno, com as competências de outrora e sob a alçada da entidade própria, que será sempre a Autoridade Florestal, deve ser algo a implementar. A proximidade com as populações e o trabalho diário de sensibilização feito, são uma mais-valia perdida.

A comparação feita, em termos de área ardida, com a restante Europa é redutora e falaciosa pois só devemos comparar o comparável e no que aos incêndios florestais diz respeito, só é comparável o Sul da Europa. O Centro e Norte da Europa têm registos residuais ou inexistentes de incêndios florestais, dependendo do caso.

Refere ainda o requerimento que ...”tem reforçado a necessidade de fortalecer a ação preventiva, permitindo uma rápida intervenção e um combate mais assertivo.” A

necessidade de fortalecer a ação preventiva/planeamento é um dos segredos para o sucesso, como atrás já foi mencionado. A rápida intervenção já existe mas pode ser melhorada com a dignificação do setor dos Bombeiros, passando pela sua autonomia neste setor e pela sua semiprofissionalização. A entidade Bombeiros não pode estar de embrião agarrada a uma qualquer outra e sendo mesmo a única que não tem comandamento nacional e regional próprio. O semiprofissionalismo iria melhorar drasticamente a primeira resposta e a formatação de uma resposta setorial. Contar com o voluntariado e as suas fragilidades no que à disponibilidade diz respeito, não basta. Não basta continuar a profissionalizar entidades paralelas e não apostar na entidade própria! Não se pode continuar a comparar valores de entidades profissionais, com valores muito similares mas voluntaria.

Resposta às questões:

1. Desde logo existe o PMDFCI (Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios) em vigor e devidamente atualizado. Este plano dá-nos a informação geral sobre o concelho, os riscos, os meios necessários à possível ocorrência e a articulação necessária e imprescindível entre as entidades que aqui ocorrem. O município reforçou ainda a vigilância e primeira informação/atuação com uma viatura e respetiva guarnição alocados ao GPC (Gabinete de Proteção Civil), estando constantemente a reforçar e melhorar esta intervenção.
2. O GTF (Gabinete Técnico Florestal) elabora e distribui anualmente material informativo de sensibilização (cartazes, manuais e panfletos), relativo à gestão de combustíveis (limpeza de matos), distribuição essa feita em vários locais das freguesias do concelho. Responde a várias participações feitas pelos munícipes e notifica os proprietários.
3. Os casos de incumprimento que se registam são referentes à dificuldade em identificar os proprietários.
4. O orçamento municipal alocou este ano a seguinte verba:
 - Protocolo com AHBVV (Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Vagos – 120 000€
 - Limpeza da faixa de gestão de combustíveis da zona industrial de Vagos – 10 000€
 - Aquisição de viatura para a proteção civil municipal, que faz também a vigilância – 35 000€
 - Material de informação/sensibilização à população – 1 000€

5. Ocorreram várias primeiras ignições com uma área ardida estimada de cerca de 2ha.
6. A resposta a esta questão já foi abordada na introdução que foi feita. Ainda assim gostaria de salientar os seguintes tópicos/resumo:
 - O ICNF deve ter mais autonomia no planeamento e subsequentes medidas de aplicação do mesmo no terreno;
 - O setor florestal tem de ser pensado por florestais;
 - A prevenção/planeamento do setor florestal tem de voltar a ser dinamizado com mais recursos humanos e materiais;
 - Temos definitivamente de ser mais rigorosos na atribuição de competências no que ao combate a incêndios florestais diz respeito. Não podemos continuar a assistir a uma desgovernada existência de entidades diversas nos teatros de operações. O combate a incêndios florestais é, obviamente, uma competência somente dos Bombeiros. Como podemos exigir a uma entidade responsabilidades se lá ocorrem, pelo menos, cinco (Bombeiros, ANPC, GNR, ICNF via sapadores florestais, AFOCELCA, Associações Florestais e seus veículos de combate, Juntas de Freguesia e seus veículos de combate, etc.)?;
 - Os municípios deverão ter mais autonomia, em parceria com o ICNF, na gestão de áreas florestais públicas.

Vagos, 13 de Setembro de 2016

O Presidente da Câmara Municipal,



(Dr. Silvério Regalado)